

“Faz desligamento de servidor(a) que especifica”.

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Desligar o (a) servidor (a) IRACI FELIPE, matrícula 27081, inscrito no CPF sob o número 288.531.486-91, RG nº 3100566358428 SSPGO, ocupante do cargo de SERVENTE DE OBRAS, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS, por motivo de seu falecimento, em conformidade com a Certidão de Óbito matrícula nº 0592610155 2018 4 00044 016 0009666 17.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 11/11/2018.

Registra-se, Publique-se, e Cumpra-se.

Monte Carmelo, 20 de Novembro de 2018.

SAULO FALEIROS CARDOSO
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**
ESTADO DE MINAS GERAIS



PORTARIA Nº 8960, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018.

“Faz nomeação que especifica”.

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear KASSIA JUMI FORTUNATO, matrícula 440815, para o cargo de COORDENADOR(A) DAD-01, para compor o quadro de provimento comissionado, lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E COMUNICAÇÃO SOCIAL.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem em 01/11/2018.

Registre-se, Publique-se, e Cumpra-se.

Monte Carmelo-MG, 20 de novembro de 2018.

SAULO FALEIROS CARDOSO
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**
ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG. AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS - Nº 85/2018. O Secretário Municipal de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar no dia 04 de dezembro de 2018, às 09:00 horas no Setor de Licitações, da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo - MG, situado à Avenida Olegário Maciel nº 129, 2º Andar, Bairro Centro, perante Comissão para tal designada, Pregão Presencial SRP – nº 85/2018, tipo Menor Preço por item. Cujo Objeto: Refere-se à Registro de Preços para Futura e Eventual contratação de Empresa para a Realização de Exames Anátomo Patológicos (Biópsia), solicitados pela Secretaria Municipal de Saúde do Município de Monte Carmelo MG, para participação Exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual. Para obterem maiores informações os interessados poderão procurar o Setor de Licitação, de 08:00 às 11:30, e de 13:30 às 17:00 ou ligue (34) 3842-5880 ou ainda pelo e-mail licitacao@montecarmelo.mg.gov.br. O edital encontra-se a disposição dos interessados no site www.montecarmelo.mg.gov.br, ou na sede da Prefeitura. Monte Carmelo, 14 de novembro de 2018. Iscleris Wagner Gonçalves Machado – Pregoeiro.



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**
ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG. EXTRATO DE CONTRATO Nº 119/2018. ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO Nº 101/2018 PREGÃO Nº 84/2018. Objeto: Refere-se à aquisição de 1 (um) veículo, tipo Ambulância de Simples Remoção, de acordo com as características construtivas mínimas indicadas na Ata de Registro de Preços. Aderindo como entidade não participante (“carona”) à Ata de Registro de Preços gerenciada pelo Município de Maragogi – AL, CNPJ: 12.248.522/0001-96, em decorrência do Pregão Presencial nº 09/2018. **Partes:** Município de Monte Carmelo MG, CNPJ: 18.593.103/0001-78 e empresa Manupa Comércio de Equipamentos e Ferramentas Ltda, CNPJ: 03.093.776/0001-91. O valor global para a presente contratação é de R\$ 77.900,00. **Data:** 01/11/2018. **Vigência:** 12 meses. Paulo Rodrigues Rocha - Secretário Municipal da Fazenda.



**DEPARTAMENTO MUNICIPAL
DE ÁGUA E ESGOTO**
ESTADO DE MINAS GERAIS



DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO DE MONTE CARMELO

PROCESSO LICITATORIO DE Nº 022/2018, PREGÃO PRESENCIAL-REGISTRO DE PREÇOS – Nº 019/2018 - EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2018

Órgão Gerenciador: DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO DE MONTE CARMELO. **Vigência:** 12 (Doze) meses. **Objeto:** REGISTRO DE PREÇO DESTINADO A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA GERAL DO CÔRREGO MUMBUCA COMPREENDENDO SERVIÇOS DE CAPINA, DESOBSTRUÇÃO DO LEITO, ROÇAMENTO DAS MARGENS E RETIRADA DE ENTULHOS, COM A FINALIDADE DE MELHORAR A VELOCIDADE DE ESCOAMENTO DESTES CÔRREGOS EVITANDO O MAU CHEIRO CAUSADO PELOS EMPOÇAMENTOS DAS AGUAS RESIDUAIS LANÇADAS NO MESMO NO PERÍODO DA SECA E TRANSBORDAMENTO NO PERÍODO CHUVOSO, COMO TAMBÉM EVITAR A PROLIFERAÇÃO DE VETORES NOCIVOS À SAÚDE PÚBLICA, conforme quantidades e especificações constantes no Anexo I – Termo de Referência do Edital nº 016/2018. O pregoeiro e sua Comissão de Apoio torna público o resultado do **Processo nº:** 022/2018, **modalidade:** Pregão Presencial-Registro de Preços nº 019/2018 – **Tipo:** Menor Preço Global. **Empresa vencedora e habilitada:** QG-MARJETING COMUNICAÇÃO PUBLICIDADE E SERVIÇOS EIRELI, portadora do CNPJ/MF sob o nº 27.213.451/0001-63. **Valor:** R\$ 121.800,00 (cento e vinte e um mil e oitocentos reais). Kairo Sebastiao Faleiros – Pregoeiro.

EXPEDIENTE

**DIÁRIO OFICIAL
DO MUNICÍPIO**

[ÓRGÃO INFORMATIVO DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE MONTE CARMELO](#)

[RESPONSÁVEL: BRUNA LAÍS DE OLIVEIRA](#)

[TELEFONE: \(34\)3842-5880 - RAMAL 228](tel:(34)3842-5880)

[ACESSE: www.montecarmelo.mg.gov.br](http://www.montecarmelo.mg.gov.br)



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Órgão Oficial do Município

**Dia 22 de Novembro de 2018
Lei nº 661 de 09 de abril de 2007**

Ano XII

Nº 1554



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**
ESTADO DE MINAS GERAIS



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**
ESTADO DE MINAS GERAIS



LEI Nº 1486 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018.

“DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais, **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder benefício fiscal aos contribuintes e devedores da Fazenda Pública Municipal, tanto da Administração Direta quanto Indireta, que efetuarem o pagamento de seus débitos tributários e não tributários, ou firmarem termo de confissão de dívida para pagamento parcelado nos termos desta Lei.

Art. 2º - Os débitos tributários e não tributários de que tratam a presente Lei são os considerados vencidos até o ano fiscal de 2017, ou seja, 31/12/2017 e que tenham valor igual ou superior a R\$ 9.000,00 (nove mil reais), os quais poderão ser parcelados em até 60 (sessenta) parcelas, permanecendo como fator de atualização dos débitos o índice relativo ao INPC, com os seguintes descontos nos juros e multas:

I – 100% (cem por cento) para pagamento à vista;
II – 60% para pagamento em até 04 (quatro) parcelas;
III – 40% para pagamento em até 12 (doze) parcelas;
IV – 0% para parcelamentos acima de 12 (doze) parcelas.

Art. 3º - Aos contribuintes e devedores, com débitos inferiores a 9.000,00 (nove mil reais), que confessarem seus débitos, poderão firmar termo de parcelamento para pagamento em até 24 (vinte e quatro) vezes, de forma mensal, podendo ser concedidos os seguintes descontos nos juros e multas:

I – 100% (cem por cento) para pagamento à vista;
II – 60% para pagamento em até 04 (quatro) parcelas;
III – 40% para pagamento em até 8 (oito) parcelas;
IV – 0% para parcelamentos acima de 8 (oito) parcelas.

Art. 4º - Os benefícios previstos nos arts. 2º e 3º serão estendidos aos contribuintes e devedores cobrados em juízo, desde que, se tiverem embargado a execução ou de qualquer forma impugnado a pretensão do Município, desistam dos embargos ou impugnação e efetuem o pagamento do débito.

§ 1º - O parcelamento efetuado nos termos desta lei abrangerá o principal, juros, multa, atualização monetária e demais encargos previstos em lei ou contrato, apurados à época de sua concessão, inclusive, aquele constituído somente de multa isolada por descumprimento de obrigação tributária acessória.

§ 2º - O parcelamento concedido deverá ser pago mensalmente em parcelas iguais e sucessivas, a partir da data do deferimento do requerimento, sem prazo de carência, sendo que cada parcela não terá valor inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais) para pessoa física e R\$ 200,00 (duzentos reais) reais para pessoa jurídica;

§ 3º - O não cumprimento do referido termo de parcelamento, nos termos desta lei, com atraso no pagamento por mais de 60 (sessenta) dias consecutivos, ou por 02 (duas) parcelas alternadas perderão os benefícios de redução de juros e multa moratória, voltando o débito aos valores confessados, dando, assim ensejo à imediata execução fiscal a ser promovida pelo Município;

§ 4º - As reduções (descontos) de que trata esta Lei, não se acumulam com outras previstas na Legislação Tributária em razão da data de pagamento, nem com qualquer outro benefício de mesma natureza;

§ 5º - O crédito tributário de que trata este artigo, será atualizado até a

	PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO Secretaria Municipal de Fazenda Diretoria de Arrecadação – Divisão de Tributos – Seção de IPTU Av.: Olegário Maciel, nº 129 – F. Andar – Bairro: Centro – CEP: 38.500-000	NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº 785/2018
DADOS CADASTRAIS DO(A) NOTIFICADO(A):		
NOME:	PAULO CESAR DA COSTA	
ENDEREÇO:	RUA MARANHÃO, 81	
BAIRRO:	BELO HORIZONTE	MUNICÍPIO: MONTE CARMELO ESTADO: MG
TELEFONE:	E-MAIL:	
CNPJ/CPF:	082.945.516-78	QUADRA: 984-A LOTE: 05
INSCR./ESTAB.:	14489	ENDEREÇO DO IMÓVEL: RUA MARANHÃO, 81, BAIRRO BELO HORIZONTE
HISTÓRICO		
O Município de Monte Carmelo, no uso de suas prerrogativas, vem por meio desta, NOTIFICAR o(a) proprietário do imóvel acima identificado, para realizar o pagamento do(s) débito(s), conforme Extrato de Débitos (doc. Anexo), no prazo de 05 (cinco) dias, os quais serão atualizados até a data do pagamento, sob pena de tal(is) débito(s) ser(em) encaminhado(s) para PROTESTO EXTRAJUDICIAL, com a inscrição do nome do(a) Notificado(a) no Cadastro Informativo de Inadimplência em Relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais – CADIN/IMG, ou em qualquer cadastro informativo, público ou privado, de proteção ao crédito.		
Isto, posto, a fim de evitar uma demanda judicial e extrajudicial, o Notificante solicita que o(a) Notificado(a) procure a Diretoria de Arrecadação – Divisão de Tributos – Seção de IPTU para efetuar a emissão do Documento de Arrecadação Municipal – DAM, documento hábil para realização do pagamento do(s) débito(s) no prazo acima assinalado, no horário das 13:30hs às 17:00hs.		

LOCAL E DATA		
Monte Carmelo – Minas Gerais, 07 de novembro de 2018.		
IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIDADE ADMINISTRATIVA		
Nome:	Idalina Maria Auxiliadora Mendes Veloso	
Cargo:	Especialista Tributário / 438.968	
Assinatura:		
CIENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE OU REPRESENTANTE LEGAL		
Recebi a 1ª via da Notificação Extrajudicial nº 785/2018, em	de	de 2018.
Nome:	RG/ CPF:	
Assinatura:		
ESPAÇO RESERVADO AO FISCO MUNICIPAL		
Número da Notificação Extrajudicial emitida:	Edimar Batista Fiscal de Tributos Matrícula: 1041-3 Assinatura:	
785/2018		

Fls.: 1ª via – Contribuinte; 2ª via – Fisco Municipal.

	PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO Secretaria Municipal de Fazenda Diretoria de Arrecadação – Divisão de Tributos – Seção de IPTU Av.: Olegário Maciel, nº 129 – F. Andar – Bairro: Centro – CEP: 38.500-000	NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº 803/2018
DADOS CADASTRAIS DO(A) NOTIFICADO(A):		
NOME:	RAMIRO DA SILVA	
ENDEREÇO:	RUA DIMAS RESENDE MONTEIRO, 301	
BAIRRO:	JARDIM ORIENTE	MUNICÍPIO: MONTE CARMELO ESTADO: MG
TELEFONE:	E-MAIL:	
CNPJ/CPF:	394.032.626-72	QUADRA: 1010 LOTE: 79
INSCR./ESTAB.:	14797	ENDEREÇO DO IMÓVEL: RUA QUIRINO J. QUADROS, 1261, B. B. HORIZONTE
HISTÓRICO		
O Município de Monte Carmelo, no uso de suas prerrogativas, vem por meio desta, NOTIFICAR o(a) proprietário do imóvel acima identificado, para realizar o pagamento do(s) débito(s), conforme Extrato de Débitos (doc. Anexo), no prazo de 05 (cinco) dias, os quais serão atualizados até a data do pagamento, sob pena de tal(is) débito(s) ser(em) encaminhado(s) para PROTESTO EXTRAJUDICIAL, com a inscrição do nome do(a) Notificado(a) no Cadastro Informativo de Inadimplência em Relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais – CADIN/IMG, ou em qualquer cadastro informativo, público ou privado, de proteção ao crédito.		
Isto, posto, a fim de evitar uma demanda judicial e extrajudicial, o Notificante solicita que o(a) Notificado(a) procure a Diretoria de Arrecadação – Divisão de Tributos – Seção de IPTU para efetuar a emissão do Documento de Arrecadação Municipal – DAM, documento hábil para realização do pagamento do(s) débito(s) no prazo acima assinalado, no horário das 13:30hs às 17:00hs.		

LOCAL E DATA		
Monte Carmelo – Minas Gerais, 09 de novembro de 2018.		
IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIDADE ADMINISTRATIVA		
Nome:	Idalina Maria Auxiliadora Mendes Veloso	
Cargo:	Especialista Tributário / 438.968	
Assinatura:		
CIENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE OU REPRESENTANTE LEGAL		
Recebi a 1ª via da Notificação Extrajudicial nº 803/2018, em	de	de 2018.
Nome:	RG/ CPF:	
Assinatura:		
ESPAÇO RESERVADO AO FISCO MUNICIPAL		
Número da Notificação Extrajudicial emitida:	Edimar Batista Fiscal de Tributos Matrícula: 1041-3 Assinatura:	
803/2018		

Fls.: 1ª via – Contribuinte; 2ª via – Fisco Municipal.

data do efetivo parcelamento;

§ 6º - Os benefícios previstos neste artigo não alcançam as importâncias já recolhidas;

§ 7º - Os contribuintes que parcelarem seus débitos, terão certidão positiva com efeito de negativa, com prazo de validade não superior a 60 (sessenta) dias, somente após o pagamento da 1ª (primeira) parcela, que deverá ser efetuada no ato do deferimento do requerimento.

Art. 5º - O parcelamento ficará sem efeito, motivando a antecipação de todas as parcelas vincendas quando:

I – em se tratando de Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, caso haja venda do imóvel sobre o qual tenham recaído as dívidas parceladas e ainda não vencidas, quando, inclusive, a liquidação do saldo remanescente, deverá preceder à respectiva transmissão do bem;
II – em qualquer caso, havendo declaração de falência ou recuperação judicial e,
III – em havendo inadimplência no pagamento das parcelas.

Parágrafo único - O não cumprimento do parcelamento nas condições estabelecidas nesta Lei, implica em sua desistência e em cancelamento automático, com restabelecimento pleno da dívida e restauração das deduções eventualmente concedidas, subtraídos os valores pagos.

Art. 6º - O pedido de parcelamento importa em confissão irretratável e extrajudicial do débito e, implica em expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem como na desistência em relação aos já interpostos.

Art. 7º - O devedor poderá promover a liquidação antecipada, total ou parcial do crédito parcelado.

Art. 8º - Os créditos, objetos de parcelamentos pretéritos, efetivados antes da vigência desta Lei, poderão, uma única vez, no interesse e conveniência do contribuinte, serem objeto de novo parcelamento, observados os critérios, limites e condições desta Lei, consolidando-se o saldo devedor, atualizado na data do requerimento do novo parcelamento.

Art. 9º - Na hipótese de ação judicial ajuizada pelo contribuinte, a concessão do benefício de que trata esta Lei fica condicionada à desistência da ação e ao pagamento das custas judiciais e dos honorários advocatícios, se for o caso.

Art. 10º - Às dívidas tributárias já prescritas deverão ser dadas a respectiva baixa no sistema e, por consequência, não poderá haver recusa no tocante à emissão de certidão negativa de débito (CND).

Art. 11 - Os contribuintes e devedores da Fazenda Municipal, poderão utilizar-se dos benefícios desta Lei, no período compreendido entre a sua publicação até o dia 21 de Dezembro de 2018.

Art. 12 - A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 21 de novembro de 2018.

SAULO FALEIROS CARDOSO
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**
ESTADO DE MINAS GERAIS



LEI Nº 1487 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018.

“AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NA FORMA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais, **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, via Decreto, crédito adicional de natureza especial, no orçamento do Município no valor de **R\$ 243.750,00 (duzentos e quarenta e três mil setecentos e cinquenta reais)** visando à criação de nova dotação orçamentária, conforme segue abaixo:

Órgão	02 - Poder executivo		
Entidade	02- Prefeitura Municipal		
Unidade	08 - Secretaria Municipal Esporte, Lazer e Turismo		
Função	27 - Desporto e Lazer		
Sub função	812 - Desporto Comunitário		
Programa	4075 - Desporto e Lazer para desenvolver cidadão		
Projeto/Atividades	1.267 - Reforma e Modernização da Quadra de Esportes da Comunidade de Celso Bueno		
Elemento	4.4.90.51.00.00 – Obras e Instalações	Fte Recursos: 124 - Transferência de Convênios - <u>Outros</u> (não relacionados educação/saúde)	Valor R\$ 243.750,00

Art. 2º. Para cobertura do crédito adicional de natureza especial aberto por esta Lei serão utilizados como fonte de recursos Excesso de Arrecadação decorrente do Contrato de Repasse nº 862713/2017/ME/CAIXA, conforme detalhado abaixo:

Objeto do Contrato de Repasse: Reforma e Modernização da Quadra de Esportes da Comunidade de Celso Bueno.

Fonte de Recursos: 124 - Transferência de Convênios – Outros (não relacionados educação/saúde)

TOTAL GERAL: R\$ 243.750,00 (duzentos e quarenta e três mil setecentos e cinquenta reais).

Art. 3º. Fica incluso no Programa 4075 – Desporto e Lazer para desenvolver cidadão, no PPA do Município de Monte Carmelo para 2018-2021 as ações orçamentárias (Projetos/Atividades) citadas no art. 1º desta lei conforme determina no art. 3º da Lei n.º 1414 de 13 de dezembro de 2017.

Art. 4º. Fica o Executivo Municipal autorizado a incluir na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2018, Lei Municipal nº 1378 de 20 de junho de 2017, o seguinte Projeto/Atividade:

Projeto/Atividade: 1.267- Reforma e Modernização da Quadra de Esportes da Comunidade de Celso Bueno.

Art. 5º. Fica autorizada a Suplementação, se necessário, até o limite de 40% (quarenta por cento) do crédito ora aberto e incorporado ao orçamento vigente.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 21 de novembro de 2018.

SAULO FALEIROS CARDOSO
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**
ESTADO DE MINAS GERAIS



LEI Nº 1488 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018.

“AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NA FORMA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais, **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, via Decreto, crédito adicional de natureza especial, no orçamento do Município no valor de **R\$ 245.700,00 (duzentos e quarenta e cinco mil e setecentos reais)** visando à criação de nova dotação orçamentária, conforme segue abaixo:

Órgão	02 - Poder executivo		
Entidade	02- Prefeitura Municipal		
Unidade	08 - Secretaria Municipal Esporte, Lazer e Turismo		
Função	27 - Desporto e Lazer		
Sub função	812 - Desporto Comunitário		
Programa	4075 - Desporto e Lazer para desenvolver cidadão		
Projeto/Atividades	1.268 - Reforma e Cobertura da Quadra do Bairro Lagoinha		
Elemento	4.4.90.51.00.00 – Obras e Instalações	Fte Recursos: 124 - Transferência de Convênios - <u>Outros</u> (não relacionados educação/saúde)	Valor R\$ 245.700,00

Art. 2º. Para cobertura do crédito adicional de natureza especial aberto por esta Lei serão utilizados como fonte de recursos Excesso de Arrecadação decorrente do Contrato de Repasse nº 843962/2017/ME/CAIXA, conforme detalhado abaixo:

Objeto do Contrato de Repasse: Reforma e Cobertura da Quadra do Bairro Lagoinha

Fonte de Recursos: 124 - Transferência de Convênios – Outros (não relacionados educação/saúde)

TOTAL GERAL: R\$ 245.700,00 (duzentos e quarenta e cinco mil e setecentos reais)

Art. 3º. Fica incluso no Programa 4075 - Desporto e Lazer para desenvolver cidadão, no PPA do Município de Monte Carmelo para 2018-2021 as ações orçamentárias (Projetos/Atividades) citadas no art. 1º desta lei conforme determina no art. 3º da Lei nº 1414 de 13 de dezembro de 2017.

Art. 4º. Fica o Executivo Municipal autorizado a incluir na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2018, Lei Municipal nº 1378 de 20 de junho de 2017, o seguinte Projeto/Atividade:

Projeto/Atividade: 1.268 - Reforma e Cobertura da Quadra do Bairro Lagoinha.

Art. 5º. Fica autorizada a Suplementação, se necessário, até o limite de 40% (quarenta por cento) do crédito ora aberto e incorporado ao orçamento vigente.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 21 de novembro de 2018.

SAULO FALEIROS CARDOSO
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**
ESTADO DE MINAS GERAIS



DECRETO Nº 2120 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018.

“Aposenta por invalidez servidor (a) que menciona”.

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º - Fica aposentado (a) por invalidez, conforme Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 08 de 09/12/2005, Lei Municipal 196/99, e Lei Federal 9.876, de 29/11/99, o (a) servidor (a) EVA DE MOURA BATISTA, matrícula 41076, cargo de AUXILIAR DE SERVIÇO LIMPEZA, lotado (a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos em 01/11/2018.

Monte Carmelo, 20 de novembro de 2018.

SAULO FALEIROS CARDOSO
Prefeito Municipal de Monte Carmelo

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**
ESTADO DE MINAS GERAIS



DECRETO Nº 2121 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018.

“Aposenta servidor (a) que menciona”.

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º - Fica aposentado (a), conforme Lei Orgânica Municipal, Lei

22/11/18
Complementar nº 08 de 09/12/2005, Lei Municipal 196/99, e Lei Federal 9.876, de 29/11/99, o (a) servidor (a) MARA LUCIA PARANHOS DA SILVA MUNDIM, matrícula 4936, cargo de PEB-I lotado (a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos em 13/11/2018.

Monte Carmelo, 20 de novembro de 2018.

SAULO FALEIROS CARDOSO
Prefeito Municipal de Monte Carmelo

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**
ESTADO DE MINAS GERAIS



PORTARIA Nº 8957, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018.

“Concede Licença Para Tratar de Interesses Particulares que especifica”.

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a ARMANDO RIBEIRO FILHO, matrícula 439446, cargo de MOTORISTA, lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, Licença para Tratar de Interesses Particulares, pelo período 20/11/2018 a 18/11/2021, de acordo com o Art. 147, § 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 08 de 09 de dezembro de 2005.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 20/11/2018.

Registre-se, Publique-se, e Cumpra-se.

Monte Carmelo, 20 de novembro de 2018.

SAULO FALEIROS CARDOSO
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**
ESTADO DE MINAS GERAIS



PORTARIA Nº 8958, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018.

“Faz exoneração que especifica”.

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido CLEIDIANE GOMES DE SOUZA FERNANDES, matrícula 440800, ocupante do cargo de COORDENADOR(A) DAD-1, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E COMUNICAÇÃO SOCIAL.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem em 09/11/2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Monte Carmelo, 20 de novembro de 2018.

SAULO FALEIROS CARDOSO
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**
ESTADO DE MINAS GERAIS



PORTARIA Nº 8959, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018.